
Entrevista realizada na Procuradoria-Geral de Justiça de Santa Catarina, em Florianópolis, no dia 27 de março de 2015, e no dia 18 de junho, em Balneário Camboriú, por Gunter Axt, com a presença da Sra. Maria Angélica Gonçalves.

GILSON RIBEIRO GONÇALVES



Gilson Ribeiro Gonçalves nasceu em 4 de setembro de 1935, em Juiz de Fora, Minas Gerais. É filho de José Ribeiro Gonçalves e Maria Athayde Gonçalves. Casou-se com Maria Angélica Lamas Cruz Gonçalves. Graduiu-se em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1961. Sua carreira no Ministério Público Militar teve início em 17 de janeiro de 1967, quando foi designado segundo substituto de procurador militar de terceira categoria, atuando, inicialmente, na Auditoria junto à 4ª Circunscrição Judiciária Militar, em Juiz de Fora. Em 1969, prestou serviços à Subcomissão-Geral de Investigações no Estado de Minas Gerais. Em agosto de 1973, foi transferido para a Auditoria da 11ª CJM, em Brasília. Desta, passou a exercer funções na Procuradoria-Geral da Justiça Militar, em Brasília. Em abril de 1980, foi nomeado procurador militar de terceira categoria, funcionando junto à 12ª Circunscrição Judiciária Militar, em Manaus. Em junho do mesmo ano, foi designado procurador militar de segunda categoria, tendo atuado, nesse cargo, na 11ª e 12ª CJMs e na Procuradoria-Geral de Justiça Militar. Em 1982, foi promovido a procurador militar de primeira categoria. Alcançou, ainda, o mais alto cargo da carreira, o de subprocurador-geral da Justiça Militar. Em 5 de abril de 1990, aposentou-se.

Memória MPM – *O senhor e a senhora são naturais de onde?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Sou natural de Juiz de Fora, Minas Gerais. Minha esposa, Maria Angélica, é de São João Nepomuceno, que fica a 70 km de distância, mas também morava em Juiz de Fora.

Memória MPM – *E os seus estudos foram em Juiz de Fora?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Primeiro fui para o Exército, fiz o curso preparatório em Porto Alegre, mais tarde ingressando na Academia Militar. Só que nesse meio tempo sofri um estresse e, quando fui perceber, já era tarde demais; carregou sequelas até hoje. Tinha 16 ou 17 anos e acabei sendo desligado da Academia porque não aguentei o curso: fui reprovado.

Depois que saí da Academia, voltei para Juiz de Fora e prestei o vestibular para Direito. Consegui passar e iniciei o curso. Mas as dificuldades de atenção e concentração permaneceram. De forma que comecei a me questionar sobre a causa disso, pois o curso em que eu estava antes era muitas vezes mais difícil e complexo, isto é, as coisas deveriam estar mais fáceis. Mas não estavam. Um colega me indicou um médico-psiquiatra, porque ele já havia feito um tratamento similar. Era um médico de origem eslava, muito competente. Aplicou-me uma série de testes e constatou que eu estava com problemas de memória: se falasse uma coisa, dali a dois minutos não conseguia repetir. Ele concluiu que isto era causado pelo estresse. Mencionou, na época, um esgotamento nervoso, pois não existia a palavra estresse.

Aplicou-me um teste de atenção, que consistia numa lauda, toda datilografada e impressa, como se um texto fosse, mas não era um texto em língua nenhuma. Mandou que eu riscasse quatro letras – me lembro até

hoje: “P,Q,R,S”. Ele sentava atrás de mim, sem movimento nenhum, com tranquilidade. Cronometrou meu tempo. Numa folha cometi 17 erros. Nas primeiras linhas sublinhei certo, depois de umas três ou quatro errei um, e fui diminuindo os acertos e aumentando os erros; quando cheguei ao final, eu errava tudo o que estava em quatro linhas inteiras. Ele me prescreveu um tratamento que durou quase um ano. Quando achou que eu estava bem, pediu para repetir o teste: apenas um erro! Segundo ele, poderia até ser um defeito de impressão, ou qualquer coisa. Mas nunca mais tive boa memória. Fiz o curso de Direito sem ser um aluno brilhante, porque não tinha mais condição. Depois fui exercer a profissão, e acho que o meu esforço foi maior do que de um colega que não tivesse passado por isso.

Memória MPM – *A Faculdade foi em Minas Gerais?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Eu sou formando da primeira turma da Faculdade de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora. O meu diploma foi o registro número um, da folha um, do livro um. Fiquei na história. E depois disso, para minha infelicidade, o meu diploma foi roubado em Brasília: era pequeno, bonitinho. Em Brasília, naqueles tempos, a mão de obra doméstica era péssima e uma gatuna, que estava empregada em nossa casa, nos afanou até documentos, dentre os quais, o meu diploma. Ela agiu durante um período de convalescença minha – fiquei um tempo internado no hospital em decorrência de uma cirurgia e, depois, em recuperação em casa.

Maria Angélica Gonçalves – Foi a única vez que enfrentamos uma situação dessas. Levou o liquidificador novinho, que estava guardado porque era de voltagem 110 V e em Brasília é 220. Deve ter queimado quando tentou usá-lo.

Memória MPM – *Qual foi o ano da formatura?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – 1961.

Memória MPM – *Mas aí já estava advogando, como solicitador?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Me tornei solicitador no quarto ano do curso. Meu pai era dentista. Dentre seus clientes havia um advogado que me ofereceu um estágio no seu escritório. Ele estava começando, porque originalmente era contador. Tinha uma casa de comércio que vendeu para abrir o escritório de advocacia. Era uma salinha pequena, muito simples.

Memória MPM – *Assumiam todas as causas? Criminais, cíveis, trabalhistas ou tinha uma especialização?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Tudo o que caísse na rede. Peguei prática e conheci o Fórum de Juiz de Fora. Eu era bastante conhecido, porque sou nascido lá. Quando voltei para estudar Direito, conhecia todo mundo na Faculdade, ninguém era estranho. Em Juiz de Fora, se não me conheciam, conheciam meu pai, ou minha irmã mais velha, ou meu irmão, que já tinha saído de lá.

Memória MPM – *Alguém da sua família já tinha seguido o Direito?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Não, ninguém. O meu irmão é militar, e a minha irmã, dentista. Nem sei dizer por que escolhi Direito; não tinha vocação. Comecei a conhecer as pessoas, a admirar a qualidade de orador de um advogado, o desempenho de um promotor, a apreciar a inteligência dos professores. Modelos foram se estabelecendo. Um professor foi depois nomeado desembargador. Mantive ótimo relacionamento com meus ex-professores,

inclusive porque, mais tarde, eu já procurador, fui deslocado da Procuradoria para aquela Subcomissão-Geral de Investigações em Minas Gerais, em função da qual saí de Juiz de Fora e fui para Belo Horizonte. Permaneci quatro anos nessa função. Numa oportunidade, levei o general da reserva, que presidia a Subcomissão, para conversar com o presidente do Tribunal de Justiça, graças à intermediação daquele professor que se tornou desembargador. Ele foi à Comissão para ver o que a gente fazia. Peguei um processo, botei em cima da mesa: “O senhor pode olhar.”, e ele folhou tudo.

Memória MPM – *Como é que funcionava a dinâmica da Comissão?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – A Comissão foi baseada no Ato Institucional nº 5, considerado o mais violento. O Ato criou a Comissão-Geral de Investigações, órgão anexo ou dependente do Ministério da Justiça, cujo presidente era o ministro da Justiça, mas quem administrava, organizava e funcionava na Comissão era um vice-presidente, general Oscar Luiz da Silva. Havia diversos membros. Quem fez parte, depois, dessa Comissão, foi o Dr. Milton Menezes da Costa Filho, que foi o procurador-geral da Justiça Militar.

A Comissão-Geral criou Subcomissões nos Estados. Quando eu estava já em Brasília, conheci um brigadeiro da reserva que tinha sido membro da Subcomissão no Nordeste, creio que em Pernambuco. Então era uma operação das Forças Armadas: a Marinha, o Exército e a Aeronáutica, cada uma de acordo com sua disponibilidade, sendo que o Exército não permitiu a participação de nenhum oficial da ativa, além do general, vice-presidente da Comissão-Geral; todos os outros oficiais eram da reserva.

Em Belo Horizonte, a Subcomissão era presidida por um general de brigada, e composta por mim e um coronel. O primeiro indicado para ser

presidente dessa Subcomissão foi um coronel da ativa, que, quando indicado, pediu que eu fosse o jurista participante, porque me conhecia – eu o havia assessorado num inquérito envolvendo estudantes em Belo Horizonte. Eu estava recém-casado (casei-me em outubro de 1968). O Ato Institucional foi assinado em dezembro, e em janeiro ou fevereiro, ele me ligou, querendo saber se poderia me indicar para um serviço. Perguntou porque a minha esposa poderia não concordar, mas eu lhe disse que se era para serviço, ela não estabeleceria obstáculos. Ele previu três ou quatro meses de trabalho, mas permaneci quatro anos, depois dos quais pedi para sair.

Minha esposa trabalhava no IAPI (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários), motivo pelo qual ela não quis se mudar para Belo Horizonte. Ademais, ficaria longe da família. De forma que fiquei, nesses quatro anos, me deslocando entre Belo Horizonte e Juiz de Fora. Ia na segunda-feira de manhã e voltava na sexta-feira à noite. Conhecia cada curva da estrada. Nos trechos bons, meu fusquinha voava baixo. Numa ocasião, dei uma carona para o então auditor em Juiz de Fora, o Dr. Mauro Seixas Telles. Era noite escura, não se enxergava nada. Quando percebi seu nervosismo, para acalmá-lo comecei a descrever o caminho que viria em seguida: “Adiante, uma curva, quando chegar aqui, passo a uma terceira para entrar firme, e agora já vamos acelerar porque tem que subir.” Ele se tranquilizou.

Memória MPM – *Por que o Ministério Público Militar?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Juiz de Fora era uma cidade pequena e sempre fui razoavelmente comunicativo. Uma noite saí para encontrar uns amigos na badalada rua Halfeld, para um bate-papo. No caminho cumprimentei uma roda de oficiais do Exército, que estavam nas faixas de capitão e major;

conhecia quase todos e acabei participando da conversa como se fosse parte do grupo. Mas um deles se retraiu, porque eu era um paisano. Quando saí, quis saber dos outros quem eu era. Explicaram que eu fora cadete e irmão do Gil, oficial. No dia seguinte, fez questão de me procurar para se desculpar pela indelicadeza. Ficamos amigos. Ele havia terminado o curso da Escola de Comando e Estado-Maior e estava servindo em Juiz de Fora, porque era impedido de ficar mais de dez anos na mesma guarnição, no seu caso, a do Rio de Janeiro, onde a esposa trabalhava e as filhas estudavam. Como Juiz de Fora era perto do Rio, a família ficara lá.

Juiz de Fora era mais ligada ao Rio do que à capital mineira. Quem construiu a estrada de rodagem entre Juiz de Fora e Belo Horizonte foi o Juscelino Kubitschek, no seu primeiro governo em Minas. Até então, o tempo de viagem para o Rio de Janeiro era muito menor do que para Belo Horizonte. O pessoal de Belo Horizonte ficava ressentido – dizia que a turma de Juiz de Fora era “carioca do brejo”. Como esse oficial passava a semana na cidade sem a família, acabamos convivendo. Ele seria o responsável por me indicar para o cargo.

Entrementes, os processos se acumulavam na Auditoria, sobretudo, depois que o Ato Institucional nº 2 passou a atribuição dos crimes contra a Segurança Nacional para a Justiça Militar. A Justiça Militar funcionava, à época, com um auditor, um promotor, e um advogado de ofício. A cada um desses cargos ligavam-se dois substitutos, o primeiro e o segundo. Para dinamizar o serviço, convocaram-se os substitutos, formando-se Conselhos Extraordinários. Então, havia o Conselho Permanente, integrado pelos titulares, e o Conselho Extraordinário, composto pelos substitutos. O auditor convocado para o Conselho Extraordinário era um sujeito que para maluco

faltava pouco! Fora professor de ginásio e os alunos o ridicularizavam; não era respeitado em lugar nenhum. No Fórum, onde advogava, criava caso em todos os cartórios. Os escrivães o menosprezavam. O próprio Tribunal Militar passou a ter má vontade com esse Conselho, até que chegou ao ponto de desconvocá-lo. Já o segundo substituto tinha sido meu professor, muito bom, muito competente, com sentenças dignas. Às vezes, por impedimento do primeiro, acontecia de este assumir o Conselho.

Numa ocasião, fui chamado para defender um açougueiro. Uma lei tabelava o preço da carne e obrigava o açougue a vender pelo preço de segunda a carne de primeira, caso a de segunda acabasse. Então, um empregado num açougue fez a burrice de dizer para um policial, disfarçado de freguês, que a carne de segunda tinha acabado, esquecendo-se de mencionar que tinha a de primeira. O policial nem conversou: mão nele, para a cadeia! Prendeu o dono do açougue também, que estava nos fundos e nem sabia do que se passava. O sujeito era de uma cidade próxima de Juiz de Fora, para onde se mudara há pouco tempo. Uns amigos seus eram meus clientes e me chamaram para ajudá-lo. Embora não tivesse ainda assumido, eu já havia sido indicado para ser o segundo substituto de promotor, o que, apesar de ser uma coisa sigilosa, tinha vazado e era comentado por alguns.

Bom, fui defender o açougueiro. Na primeira audiência interrogatória pedi o relaxamento da prisão. E esse auditor deu um voto dizendo que o açougueiro e o patrão eram os maiores criminosos do mundo. Queria se mostrar para os militares como auditor vigoroso, enérgico e cumpridor da lei, doesse a quem doesse. Eu, muito inexperiente na Justiça Militar, ainda tateando, tomei a palavra, ao final da sessão, e fiz um pedido que na jurisdição não existe: reconsideração de ato. O promotor me deu uma gozada. Mas para

pedir a reconsideração de ato justifiquei que não havia demonstrado tudo no pedido inicial. Com isso, os oficiais perceberam a burrice que tinham feito ao acompanhar o voto do auditor. Dos quatro oficiais do Conselho, o mais moderno acompanhara o auditor, por inexperiência, o que fora repetido pelo segundo mais moderno. O terceiro, um capitão, disse ao major, presidente do Conselho, que não adiantava votar, pois a questão já estava decidida, de maneira que terminou seguindo o voto. Mas o major votou pela liberação do réu, repetindo meus argumentos.

Assim, com um voto pela absolvição, perguntei quando poderia marcar uma nova sessão. O major me disse que o mais rápido possível, que iríamos, dessa vez, soltar o rapaz. Quando fui conversar a esse respeito com o auditor, ele reagiu mal, entendendo que eu o estava desacatando. Em seguida, contudo, um funcionário da Auditoria comentou que eu seria o indicado para segundo promotor substituto. Ele se apavorou!

Havia muitos casos semelhantes. Estava todo mundo correndo para o Rio, pedindo *habeas corpus*, e o Tribunal concedia. Mas fiquei me perguntando, para que correr atrás do *habeas corpus* no Rio de Janeiro se a solução poderia ser encontrada ali. Assim, o açougueiro ficou mais uns dias preso, aguardando nova sessão. E, de fato, foi solto. Bem, enquanto tramitava a minha indicação para segundo substituto, aquele julgamento foi uma vitória.

Funcionava como segundo substituto de promotor, por azar, um ex-colega de turma, sobrinho de um subprocurador, que o havia indicado. Mas ele não se ajustara na função. Achava-se muito importante, com nariz empinado, mandava, fazia, acontecia. Ele fora chamado ao Quartel General para uma conversa com o general [Alfredo Souto] Malan, informação que

recebi bem mais tarde. O general Malan lhe pedira a dilatação de prazo de um inquérito para estudá-lo melhor (os prazos eram curtos, dez ou quinze dias), pois receberia, nesse meio tempo, informações que satisfariam seu ponto de vista. Só faltou dizer-lhe: “Está para sair um Ato Institucional.”. Mas o substituto não deu bola e pediu o arquivamento do inquérito. Logo depois, saiu o Ato Institucional nº 2. Então, o general estava descontente com o seu desempenho e queria substituí-lo. Foi aí que entrou o major do Rio de Janeiro que estava fazendo o estágio do pós-Estado-Maior em Juiz de Fora. Era um oficial inteligente, instruído. Ele passara pelas várias seções do quartel, sendo finalmente designado para levar os assuntos a serem debatidos com o general, a quem ele disse que a legislação estabelecia que os cargos de substitutos seriam da confiança do comandante da região, com autoridade e competência para exonerar e nomear. O general Malan queria pedir a exoneração daquele moço, porque não o desejava mais na Auditoria, mas não tinha outro para indicar. Foi quando o major sugeriu meu nome. Não sei como, tinha meu currículo – nem eu tinha meu currículo! – e o encaminhou ao general, que pediu aos oficiais do quartel que me conhecessem para se manifestarem por escrito. Fiquei sabendo disso porque um dia encontrei com um coronel, com quem me dava muito bem, sujeito finíssimo, quem me disse que lamentava não ter o dom da escrita, o qual lhe daria melhores condições para poder expressar tudo aquilo que admirava em mim, porque o general solicitara depoimentos por escrito.

Mas a indicação tinha de passar pelo crivo final da presidência da República e, antes, pela apreciação da Procuradoria. O procurador-geral de Justiça Militar era o Dr. Eraldo Gueiros [Leite]. Aí o presidente [Humberto de Alencar] Castelo Branco foi fazer uma visita a Juiz de Fora. No gabinete da Prefeitura recebeu várias autoridades representativas. Lá pelas tantas, o

arcebispo, na frente do general Malan – que participava das audiências como ajudante de ordens –, pediu para reconsiderar a exoneração daquele rapaz, que seria de boa família e tal. O Castelo virou-se para o Malan e perguntou o que teria ele a dizer. O general respondeu que o pedido de exoneração partira dele mesmo e que se preferisse atender ao arcebispo estaria desmerecendo o seu comando, situação na qual preferiria ser transferido. O Castelo, na hora, disse para o bispo: “Negativo.”. Depois da Revolução, não dava mesmo para alguém, na função em que estava esse rapaz, ficar em cima do muro.

Memória MPM – *Como foi acompanhar o 31 de março, que começou em Juiz de Fora?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – No dia 31 de março eu não estava em Juiz de Fora. Como advogado credenciado pelo IAPC (Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Comerciantes) para fazer cobrança de dívida ativa da agência de Ponte Nova, que abrangia várias comarcas, tinha viajado. O IAPC era um dos institutos antigos. Uma vez por mês eu recebia as certidões de dívida ativa e ia aos cartórios, já entrando com as ações. Depois, ia receber e prestava contas. Nesse dia, estava em um ônibus, retornando de Ponte Nova para Juiz de Fora. Quando passamos por um bar numa cidade, mais ou menos na metade do caminho, ouvi um rádio a todo volume: “Tropa do Exército... Revolução...”. Tinha, no ônibus, um camarada com um rádio portátil que me deixou ouvir um pouco a notícia, mas era um ignorante que só queria saber de escutar música! Quando cheguei a Juiz de Fora, à noite, procurei me inteirar imediatamente, mas o desfecho já tinha se dado. Ir ao QG, então, me oferecer como voluntário depois da batalha ganha seria uma palhaçada. Nem fui, deixei para lá. Mas se estivesse em Juiz de Fora, seguramente teria me oferecido como voluntário, até porque essa era a atitude coerente com minha história de vida e familiar.

Memória MPM – *Havia alguma expectativa de que o general Mourão Filho fosse tomar aquela iniciativa?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Não. O Mourão dissera de si mesmo: “Sou uma vaca fardada.”. No final das contas, ele foi presidente do Tribunal Militar e não teve maiores atuações políticas. Na ocasião da Revolução, ele era general de divisão e os outros é que tomaram a frente. Quando chegou a general de Exército, já estava sendo ultrapassado pelos que corriam na frente havia muito tempo.

Memória MPM – *Como foi a experiência na Auditoria nesses primeiros anos?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Logo depois de eu ser nomeado, o auditor titular saiu de Juiz de Fora, promovido, sendo substituído por um auditor vindo de Mato Grosso, por uma remoção, a pedido, aparentemente sem ônus. Tinha um sujeito imprestável na Auditoria, não servia para nada. Um datilógrafo, que não tinha um dedo na mão. Passava o dia sem fazer absolutamente nada. Mas era espírita e maçom. Então, se metia em todo processo que envolvesse algum maçom ou espírita, especialmente se tivesse comunicação com ele. Apresentava logo um requerimento “de ouvido”, conversava com o auditor. Tenho a impressão que ele envolveu bem o novo auditor: já estava servindo até de motorista, levando o auditor de um lado para o outro no seu fusquinha particular – a Auditoria não tinha carro.

De todos os processos em que eu dera denúncia, ele só aceitara o primeiro, e ainda disse, para o meu colega, que era uma deferência que me fazia porque era a primeira denúncia que eu oferecia. Todas as outras, rejeitou. Tive que fazer recurso para o Tribunal, que, em geral, mandava aceitar.

Por outro lado, o auditor não se comunicava com o Exército. Acho que nem fez uma visita de chegada. Tinha um relacionamento frio com o meio militar e, talvez, até hostil. Lá pelas tantas, o que desagradou ainda mais o Exército, ele passou a publicar artigos no jornal local contra o governo militar. Imagina: o cara é da Justiça Militar e mistura uma coisa com a outra. Resultado: foram acumulando elementos no prontuário dele...

Sabia-se tudo de todo mundo. Certa vez, encontrei na rua o major que me indicou e, enquanto batíamos um papo, apareceu um sujeito que o cumprimentou. Depois que se foi, perguntei-lhe por que dar atenção a um cara tão desqualificado. Ele me respondeu que se quisesse ter informação do que se passava num convento, precisaria falar com uma irmã de caridade enclausurada; se desejasse saber sobre um prostíbulo, perguntaria a uma prostituta. Isto é, não dava para buscar informações sobre um prostíbulo com uma irmã de caridade e vice-versa. O tempo foi passando...

Os oficiais que integravam o Conselho já não eram os mesmos, pois foram transferidos, substituídos. Mas quando chegou o AI-5, o novo chefe da seção já estava extravasando de raiva com o auditor. Pegaram a pasta dele e o cassaram. Eu não conhecia o conjunto do dossiê, mas acho que se tivessem dado um aperto em certos pontos não seria preciso chegar a esse extremo. Não sei dizer se houve muitos outros casos de auditores cassados, mas creio que não. A Justiça Militar é pequena, ninguém esconde nada de ninguém.

Não há esse padrão de convivência no meio civil. Estive no Exército por apenas quatro anos e os meus colegas são amigos até hoje. Ainda nos comunicamos. Sou convidado para as reuniões, nas quais, em geral, não vou, porque são em diferentes cidades. A única vez que fui, em Porto Alegre, tive o

desprazer de encontrar um sacana que veio me agredir moralmente, porque eu dei denúncia de um amigo dele. Meus colegas me disseram que agora posso comparecer, porque esse sacana já morreu. Mas não vou. Recebo um jornal dessa turma, mensalmente, muito bem-escrito, muito bem-noticiado. Acho que já são mais de 150 números. Nesse noticiário, é raro o mês em que não vem notícia de que faleceu um. Há meses em que perdemos dois ou três de uma só vez. Estamos na hora da baixa, porque todo mundo está na faixa dos oitenta anos. Eu sou um dos mais novos, completo os oitenta este ano.

Memória MPM – *Como era a infraestrutura de trabalho?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Minha nomeação ocorreu em janeiro de 1967, época em que o STM e, conseqüentemente, a Procuradoria-Geral funcionavam no Rio de Janeiro, instalados em prédio histórico, mas notadamente acanhado, na Praça da República – Campo de Santana. O gabinete do procurador-geral era no andar superior, mesmo nível do Plenário do STM, numa sala de boa dimensão, mas tornada exígua por também abrigar o subprocurador-geral, secretário e outros. Não havia privacidade. E, na antessala, as datilógrafas. Não me lembro se, desde então, ou pouco depois, havia uma sala no térreo, onde estava instalada toda a estrutura administrativa (que era quase nada) da Procuradoria-Geral. Nessa época nossos vencimentos eram pagos pela tesouraria do Quartel General da Região Militar. Nossos deslocamentos funcionais eram noticiados no Boletim Interno do QG para que o tesoureiro providenciasse as correspondentes diárias.

Na Auditoria, eu e o Simeão éramos considerados como inimigos, sem direito ao mínimo. Os funcionários eram proibidos de nos fornecer uma única folha de papel em branco, mesmo se pedíssemos. Eu era amigo de muitos

funcionários, mas o juiz-auditor, [Antônio de] Arruda [Marques] – que é esse que foi cassado em 1969 – não permitia. A Procuradoria tinha uma salinha de dois metros por dois (algo assim), na qual cabiam uma mesa, uma cadeira e um armariozinho de aço, que fora adquirido pelo [Felippe Luiz] Paletta [Filho] – ali ele guardava a beca. Se eu e o Simeão estivéssemos ao mesmo tempo na sala, um teria de ficar em pé. Se alguém quisesse se entrevistar com o procurador, não tinha cadeira para oferecer. No Cartório, não havia cadeira disponível. Não podíamos pedir nada ao Cartório, nem mesmo um bloco de notas.

Foi assim que o Simeão me propôs, e eu aceitei, mandarmos imprimir papel timbrado para uso nas denúncias e alguma correspondência oficial necessária. Juntos, fomos à tipografia e fizemos a encomenda de um milheiro, que dividimos em partes iguais – custos e uso. As denúncias eram datilografadas por nós mesmos e com algumas cópias (citação, arquivo, etc.) para as quais eu usava aquele papel mais fino, de seda, para ficarem mais legíveis.

O carbono também era por nossa conta e a máquina de escrever, de nossa propriedade. No meu caso, acabei possuindo duas: uma no escritório que ainda mantive por algum tempo e outra em casa, para algum serviço extra. Não me recordo quando a Procuradoria-Geral passou a operar os pagamentos.

Memória MPM – *E o Arruda em Juiz de Fora?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Faleceu pouco tempo depois. Acho que levou um choque tão grande com a cassação que teve algum tipo de depressão. Ninguém espera ser cassado.

Memória MPM – *As condições de infraestrutura melhoraram em Brasília?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Quando fui para Brasília, acredito que em julho de 1973, trabalhei por 2 ou 3 meses, tirei férias e voltei a Juiz de Fora para acompanhar o nascimento de meu segundo filho – Rodrigo – ocorrido em outubro, e providenciar nossa mudança para Brasília. Só quando passei a funcionar por convocação, junto à Procuradoria-Geral, é que me foi oferecido algum material: blocos para rascunho, pastas de papelão para arquivar papéis, esferográfica, etc. A Procuradoria-Geral ocupava todo o 7º andar do prédio do STM e não podia esbanjar espaço. Ia crescendo e ampliações já se faziam necessárias. Aposentei-me nessa fase. Quando fui conhecer o prédio próprio já contava algum tempo de aposentado. Hoje está uma beleza, com muitos recursos outrora inimagináveis e com a possibilidade de cada vez mais ir se estruturando adequadamente para cumprir o seu múnus.

Memória MPM – *Qual era a natureza dos feitos, das denúncias, do trabalho do promotor militar nesse momento em Juiz de Fora?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – O serviço era o mesmo de hoje. O promotor recebia os IPMs: um soldado que disparou sua arma e atingiu o outro; um que furtou algo; uma viatura que bateu e quebrou... Rotina do serviço. Não era de grande volume. Antes da Revolução, havia três, quatro ou cinco processos por mês. Mas, depois do AI-2, saltou para cinquenta ou mais! Alguns em vários volumes e com prazos apertados correndo.

Em São João Del Rei, uma turma de estudantes, de gracinha, pichou pelos muros “Abaixo a ditadura!”, e outras palavras de ordem. O quartel de São João telefonou para Juiz de Fora perguntando como proceder: “Prende, e faz um inquérito!”. Nessa ocasião, eu estava em Barbacena, na Escola Preparatória da Aeronáutica, envolvido em um inquérito. De Juiz de Fora, me ligaram

pedindo que eu fosse para São João Del Rei. Cheguei lá, e o delegado civil, que tinha recebido a orientação do Exército para prender, me perguntou o que poderia acontecer se não o fizesse, pois, segundo ele, eram todos meninos de boa família. Respondi que se batesse um flagrante na minha mão e os acusados não estivessem presos, teria de me manifestar, questionando por que o delegado não cumprira a lei. Prendeu todos! O quartel arranjou um caminhão e mandou os rapazes para Juiz de Fora. Porém, saiu uma decisão do Tribunal dizendo que pichar muro era crime contra o patrimônio alheio, não contra a Segurança Nacional. Aí soltaram os meninos.

Memória MPM – *O caso foi para a Justiça Comum?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Não, porque a denúncia depende do dono do patrimônio. As coisas aconteciam muito assim, porque ninguém sabia o que era, definitivamente, crime ou não. Então, tinha casos que se dizia: “Vamos ver que bicho vai dar...”.

Memória MPM – *E teve assaltos a Bancos por lá?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Em Juiz de Fora não.

Memória MPM – *E a Serra do Caparaó?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Quando entrei em exercício, foi instaurado o inquérito da Serra do Caparaó. Neste caso tinha o Avelino [Bioen] Capitani, um marinheiro; um sargento; o Juarez [Alberto de Souza Moreira], capitão do Exército; e outros. No fim, foi preso o professor [Bayard Demaria] Boiteux, que era um sujeito inteligente, culto; não contestava e nem firmava o ponto de vista, escorregava. Eu assisti, mas não atuei no julgamento deles. O Marcello [Nunes] de Alencar e, salvo engano, o Evaristo [de Moraes Filho] os

defenderam. Cheguei a ir à Serra para fazer diligência na investigação: fui de avião e voltei de jipe. Foi coisa à toa. Fui lá ouvir o pessoal da Polícia que havia feito a prisão: eram, os prisioneiros, “gente boa”, nenhum tinha antecedentes, todos com carteira de identidade, tudo bonitinho... Mas tudo falsificado! Nem sei como é que descobriram que era tudo falso.

O capitão Juarez tinha sido meu contemporâneo: conhecíamos-nos. Eram três irmãos: o Juarez era o mais velho, o Lourival [de Souza Moreira Filho] era o segundo – que eu conheci melhor, porque o Lourival estava um ano na minha frente –; o mais novo, mal conheci. Eram paraquedistas e parece que até bons oficiais. Todos os três se subverteram e passaram a integrar grupos de esquerda. Mais tarde, fui ao Rio, e encontrei com o Lourival no Tribunal, porque, depois de cassado, estudou Direito, e estava advogando. Ia ao Tribunal para defender o pessoal dele. Conversamos bastante.

Memória MPM – *Estavam ligados ao [Leonel] Brizola?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Sim, porque um elemento desse grupo do Caparaó teve que ir à granja do Brizola, no Uruguai; outro fizera curso de guerrilha em Cuba... Enfim, nenhum era santinho. E falavam disso abertamente. Uma coisa que me impressionou foi o seguinte: se uma pessoa é presa e está tendo toda sua vida examinada, seu pensamento e sua atenção se concentram nesse processo, tornando todo o resto secundário. Bem, um dos presos, não me lembro de qual, não estava nem aí para o dia de hoje ou de amanhã. Parecia estar num alheamento, apegado a um passado remoto, aparentemente, pouco se importando se pegasse prisão perpétua ou se seria solto, como se tudo fosse a mesma coisa. Acredito que essa indiferença tenha sido um produto da formação de guerrilheiro, da doutrina.

Memória MPM – *Uma forma até de enfrentar a situação da prisão...*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Sim. Teve um que se suicidou. E com a menor corda que se possa imaginar: pegou o debrum do lençol que foi dado a ele, cortou e trançou numa cordinha pequena, enrolou no pescoço e na torneira do chuveiro da prisão, foi girando, apertando até se enforcar. Não fazia muito, eu tinha conversado com ele. O cara não falava nada, absolutamente nada; estava totalmente doutrinado! Não deixava transparecer nada.

Memória MPM – *Eles se queixavam de maus-tratos, ou alguma coisa assim?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Não, ninguém, porque ninguém estava sendo maltratado. O Exército, com a Revolução, praticou os seus abusos. Mas isso não foi um fenômeno generalizado. Contam-se nos dedos os casos de maus-tratos aos presos. Eu identifiquei um ou outro militar que abusava. Em Belo Horizonte, num desses inquéritos envolvendo jovens estudantes, soube-se de um oficial que teria dito algo como: “Serviço sujo a gente deixa para PM.”. Mas eu acompanhei inquérito de estudante, fervendo no caldeirão, e não vi esse abuso. É lógico, eram tratados com energia, mas isso não significa excessos nem abusos. Lá em Juiz de Fora, o inquérito do Caparaó foi tranquilo. Acompanhei vários inquéritos. Sentava-me à mesa com os presos, como estamos agora, conversando, eventualmente tomando um cafezinho. A única coisa que uma vez fiz, de molecagem, com um rapaz que fumava desbragadamente, o que era perceptível pelos dedos escurecidos, foi dizer-lhe que estava se envenenando e o proibi de fumar quando tomamos um café, o que o deixou bastante nervoso. Logo liberei o fumo.

Memória MPM – *Na mesma época do Caparaó, o Che Guevara estava operando na Bolívia. Essa relação chegou a ser estabelecida nas investigações?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Não, não se tinha conhecimento disso, pelo menos, não que eu saiba. Apesar do profissionalismo de alguns, havia certo romantismo naquele grupo, quase como uma expedição de intelectuais. Foram descobertos porque os moradores da região estranharam a movimentação de pessoal, diferente, e os denunciaram para a Polícia.

Memória MPM – *A Auditoria de Juiz de Fora também jurisdicionava Brasília?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Sim, até ser instalada a Auditoria em Brasília, Juiz de Fora tinha atribuição sobre a Capital Federal. Muitos dos presos que eu interrogava, jovens, estudantes, vinham de Brasília. Um dos processos que me coube – acho que eu fiz a denúncia – foi o do Flávio [Aristides Freitas Hailliot] Tavares, jornalista, escritor. Ele se dizia um santo, que nunca fizera nada. Foi um dos prisioneiros trocados em setembro de 1969 pelo embaixador norte-americano que fora sequestrado.

Memória MPM – *Qual foi o ano da sua ida para Belo Horizonte?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – 1969.

Memória MPM – *E a Subcomissão funcionava como? Ela recebia denúncias, promovia inquéritos?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – A Comissão tinha por finalidade apurar o enriquecimento ilícito e a malversação dos recursos públicos. Então, teve gente que denunciou até a própria mãe. Houve muita invenção e fantasia, mas nossa orientação era apurar todas as denúncias, desde que não fossem anônimas, tampouco desprovidas de qualquer elemento probatório. Recebemos muitas. Em Belo Horizonte eram mais relativas às Prefeituras.

Dizia-se que os prefeitos desviavam verbas. Não era diferente do que acontece hoje em dia.

Memória MPM – *Mas fazia como? Porque hoje há a Polícia Federal, o Ministério Público, a Polícia Civil, enfim, uma estrutura de investigação montada...*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Sim, instituições aparelhadas, com capacidade técnica. Naquela época não havia isso. Nós tínhamos autorização prévia para requerer a prestação de serviço de qualquer órgão público, inclusive dos Bancos. Mas estes nós deixávamos para o Banco Central, que tinha essa atribuição de fiscalização. Quando a gente precisava saber se a conta de determinado órgão estava de acordo, o fiscal do Banco Central, a pedido nosso, reservadamente, ia numa agência bancaria e pedia para ver a movimentação. Mas isso era muito raro. E nós tínhamos contadores do Ministério da Fazenda, fiscais de renda, do imposto de renda, fiscal da Fazenda Estadual, cada um na sua área.

Certa vez, recebi uma denúncia de Juiz de Fora. O prefeito Itamar Franco, que sempre foi meio esquerdista, embora jamais comunista (havia quem o denunciasse por ser comunista, mas isso não tinha sentido), doou, de uma forma administrativamente incorreta, algo equivalente a uns mil cruzeiros para uma instituição de caridade. Agora você vai cassar um prefeito por causa de uma bobeadinha de mil cruzeiros? Espera aí! A Comissão fez um ofício para o Itamar, que se explicou. Aceitou parcialmente a explicação, mas pediu para sanar a falha. Foi um alvoroço danado! Recebi um oficial do Exército, que me perguntou se eu achava que o Itamar era um ladrão. Falei que ele agira de boa-fé, mas o modo não foi correto. Afinal, ficou por isso mesmo. Eu me dava bem com o Itamar. Uma vez, o encontrei durante uma campanha eleitoral, nas

oficinas de uma marcenaria do Agostinho Pestana. Ele estava pedindo votos para os trabalhadores. O Itamar me estendeu a mão falando: “Eu sei que você não vota em mim, mas pode me cumprimentar.”

Memória MPM – *A Comissão costumava receber, por exemplo, lista de candidatos e inscritos de concurso?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Não, a Comissão não tinha nada a ver com questões pessoais ou políticas.

Memória MPM – *Nem nos Estados?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Não. Porque esse negócio de lista de candidato era questão política gerida pelo SNI. Inclusive, qualquer profissional que requisitássemos para prestar serviços à Comissão tinha de ter o nome previamente aprovado pelo SNI. Houve uma pessoa que indiquei que foi vetada: “Esse não!”. Eu palmilhava o Estado, de norte a sul, de leste a oeste, realizando inspeções, e costumava me fazer acompanhar de um contador, um fiscal de rendas do Estado, da Receita Federal ou do Tribunal de Contas da União, cada um dentro da sua especialidade. Às vezes, os fiscais aplicavam multas.

Memória MPM – *E a ida para Brasília como foi?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Em princípios de 1973, o Tribunal se transferiu para Brasília e a Procuradoria acompanhou-o, mas ficou com alguma deficiência de pessoal, porque nem todos que estavam no Rio de Janeiro aceitaram ir para Brasília. O procurador-geral era o Ruy de Lima Pessôa, nomeado quando ainda estava no Rio. O primeiro procurador que peguei foi o Eraldo Gueiros – gostei muito dele. Depois foi o Nelson [Barbosa] Sampaio, um baiano, muito bacana, mas não durou muito: foi nomeado ministro do

Tribunal e faleceu cedo. Também me recordo do Jacy [Guimarães Pinheiro], que não gostava de mim, nem me cumprimentava. Depois do Jacy, foi o Milton Menezes da Costa Filho. Houve, também, um advogado, amigo do [José] Sarney, que almejava ser nomeado ministro, mas não conseguiu e por isso saiu: o George Tavares. Foi seguido por um senador, o Francisco Leite Chaves, também ligado ao Sarney. Não gostei de nenhum dos dois. Depois teve o [Eduardo Victor] Pires Gonçalves, o [Marco Antonio Pinto] Bittar, a Adriana Lorandi, já falecida, que era casada com o Enéas Carneiro, candidato meio folclórico à presidência da República em diversas eleições passadas.

Memória MPM – *Como foi acompanhar o inquérito do Riocentro, desde o início, passando pelos dois encarregados, o coronel Luiz Antônio do Prado Ribeiro e depois o coronel Job Lorena de Sant’Anna?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Quando surgiu o Riocentro, esse coronel Prado foi encarregado. Ele viu que o “troço” era uma bola quente, e, na gíria, “amarelou”, não quis ficar. O Job, então, assumiu o inquérito e fez tudo que deveria fazer.

Quanto à minha participação, cabe explicar que a função do promotor não modificou até hoje, pois é representar a sociedade na Justiça, oferecendo denúncia e acompanhando o processo, mas, também, antes do processo, assessorar na organização do inquérito. Porque na Justiça Militar o inquérito é feito pelos militares, não por um bacharel em Direito, como na Justiça Comum, que são estabelecidos por um delegado. Pode ser um incompetente, mas é delegado e bacharel em Direito; o mínimo ele tem de conhecer. Na Justiça Militar, os oficiais recebem uma noção elementar de Direito na Academia, que não significa muito na hora do inquérito. Então,

quando é alguma coisa além daquela rotina do quartel (roubo de um equipamento, um acidente de carro...), um promotor pode ser solicitado a assessorar. Recebi inúmeras solicitações nesse sentido e acompanhei dezenas de inquéritos. O do Caparaó acompanhei extraoficialmente, pois o oficial que estava na 2ª Seção e que acompanhava o inquérito, bem como o próprio encarregado, haviam solicitado o auxílio de um procurador, o [Joaquim] Simeão [de Faria Filho]. Mas me pediram para acompanhá-lo, também, para ir treinando. Passei, posso dizer, uns quarenta dias dentro do quartel naquela oportunidade. Basicamente, eu datilografava o que o Simeão ditava. Acompanhei, depois, inquéritos em Belo Horizonte, em Brasília (como esse do Flávio Tavares), em Barbacena... Então, com o Riocentro, saiu no jornal que eu era especialista em inquéritos.

Memória MPM – *Como foi acompanhar esse inquérito com toda aquela pressão da imprensa? O país inteiro estava de olho no que estava acontecendo. Como se deu a sua indicação para assessorar nesse inquérito?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Sempre tive facilidade de relacionamento com os oficiais do Exército. Alguns, até meus colegas haviam sido. No caso do inquérito do Flávio Tavares, por exemplo, eu estava em Juiz de Fora, sendo o [Joaquim] Simeão [de Faria Filho] o primeiro substituto. O titular era o [Felippe Luiz] Paletta [Filho], deslocado para o Rio de Janeiro, para acompanhar a Subcomissão-Geral de Investigação (quando assumi em Juiz de Fora, o Paletta já estava no Rio de Janeiro, de modo que pouco convivi com ele). O encarregado do inquérito do Flávio foi um coronel, comandante da PE em Brasília e um major. Nisso, pediram um promotor de Juiz de Fora. Fui de ônibus para Brasília. Quando cheguei à rodoviária, tomei um táxi e fui para o quartel, me hospedar. Lá chegando,

me mostraram onde ia ficar. Enquanto arrumava minhas coisas no armário, um soldado pediu minha identidade, pois o tenente esquecera-se de tomar nota. Dei a identidade e fomos jantar, eu e o major. No dia seguinte, fomos tomar o café da manhã. Quando ingressávamos no rancho, um oficial, que tinha sido meu colega, muito camarada, veio me cumprimentar e fez aquele estardalhaço. O major, que também funcionava no inquérito pensou: “Mas que sacana, eu passei a noite pensando em como esse promotor veio parar aqui!”. Ele só conhecia o Simeão e pensara que havia um único promotor em Juiz de Fora.

Assim, quando fui para o Riocentro, já havia trabalhado em Belo Horizonte com o tenente-coronel que era comandante da PE do Rio. Desci do avião no aeroporto do Rio de Janeiro e um motorista me conduziu de carro ao quartel. Mostrou-me o meu retrato que tinha saído no jornal, do qual se valera para me identificar. O QG estava cheio de jornalistas. Era preciso caminhar uns quatro metros, depois de desembarcar do carro, para acessar o *hall*, com o elevador ao fundo. Cheio de gente! Um tenente e um capitão postaram-se um do meu lado, outro do outro; segurando-me pelo braço, foram tirando os jornalistas da frente, para podermos passar. Ao entrar no elevador, me tiraram uma fotografia. O general Gentil [Marcondes Filho] estava me esperando no gabinete e me perguntou onde iria ficar. Esse coronel, comandante da PE, disse que já tinha preparado um quarto para mim. Então, me deram um motorista e um cabo, como segurança, e fiquei hospedado na PE. O carro me levava onde quisesse. Eu ia para o QG e voltava para a PE; foi o único trajeto que fiz o tempo todo em que fiquei no Rio, com exceção de uma noite, em que fui jantar com um amigo. O carro me levou, e o motorista e o cabo ficaram de plantão, tomando conta da gente. Falei para tomarem uma cerveja no bar do lado.

Num final de semana, fui a Juiz de Fora, de ônibus, para ver meus pais. Ao descer na rodoviária eles estavam me esperando, porque a gente não sabia qual o risco que eu poderia estar correndo. A coisa estava muito mascarada. Quando comecei a investigar o problema e ouvia as partes e tal, desconfiei do oficial, insisti no depoimento dele, mas o Job desconversou: “Ele ainda está doente, ainda está ferido.”. Resolvi tranquilizar meus pais pessoalmente. Caminhando na rua em Juiz de Fora, um professor me viu, veio conversar comigo, rindo. Os jornalistas me conheciam, mas me respeitaram.

Quase toda semana ia a Brasília, levando documentos para dar ciência ao Milton. Logo que fui nomeado, numa segunda-feira pela manhã, a Marilena Chiarelli, jornalista da Rede Globo em Brasília, me pegou de surpresa na garagem, em casa, e gravou um rápido depoimento ali mesmo. Já durante o inquérito, havia, na Procuradoria-Geral, um funcionário que gostava de ajeitar as coisas com os jornalistas e ele esparramara para imprensa que, naquele dia, eu estaria em Brasília. Quando entrei na Procuradoria, estava sendo caçado. Escondi-me num canto, fui falar com o Milton. Nunca fui de dar trela para jornalistas.

Não conhecia o Job pessoalmente; o meu irmão já tivera algum ligeiro contato com ele. Encontrei vários oficiais conhecidos no QG do Exército, mas é aquele negócio, ninguém falava nada, enrolavam. Depois do caso, mais tarde, é que a coisa foi se esclarecendo. Hoje, acho que todo mundo tem a ideia certa de que foi um atentado promovido por personagens do Exército.

Memória MPM – *Isso está absolutamente consolidado na memória nacional. É algo que, inclusive, teria levado à renúncia do Golbery do Couto e Silva.*

Gilson Ribeiro Gonçalves – É, ele e o [Otávio Aguiar de] Medeiros brigavam, não se davam.

Memória MPM – *O Medeiros deu uma declaração, há alguns anos, dizendo que teria sido informado sobre a bomba horas antes do atentado, o que motivou a reabertura do caso em 1999.*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Havia na época a desconfiança, mas nenhuma certeza. Quem primeiro amparou o capitão que estava com a barriga aberta depois da explosão foi a irmã do Aécio Neves, ouvida como testemunha. Ela estava no *show* e foi a primeira a socorrer o sujeito.

Quando aconteceu o atentado do Riocentro, eu estava retornando de uma substituição em Porto Alegre. O titular, em decorrência de um câncer no intestino, estava de licença constante. Em janeiro ou fevereiro, resolveu reassumir para que o substituto pudesse tirar férias, pois esse vinha trabalhando direto. Doente, assumiu o serviço. Enquanto o substituto foi para uma praia e sumiu do mapa, o que estava doente não aguentou mais de uma semana. A Procuradoria precisava de alguém em Porto Alegre e me designaram. Era para ser uma substituição de vinte e dois dias, mas o Carnaval caiu no meio. Mal retornara de Porto Alegre, me designaram para o caso do Riocentro. Mas em julho, voltei para Brasília, pois o inquérito foi concluído. O procurador [Jorge Luiz] Dodaro pediu arquivamento. O juiz Edmundo [Franca] aceitou, mas antes pediu diligências; fez uma jogada política para aparecer. O corregedor de Justiça Militar, Dr. Célio Lobão [Ferreira], um sujeito cricri, recomendou o desarquivamento e remeteu o processo ao procurador-geral, o Dr. Milton Menezes, que opinou pelo arquivamento. Foi seguido pelo relator do processo junto ao STM, general Carlos Alberto Cabral Ribeiro. Por dez votos a quatro, dentre estes últimos todas as ressalvas do almirante [Júlio de Sá] Bierrenbach, os ministros sepultaram a reabertura das investigações.

Memória MPM – *Em 1999, o juiz Edmundo Franca concedeu uma entrevista à revista IstoÉ declarando ter sofrido pressões para concordar com o arquivamento e implicando os generais Walter Pires, Gentil Marcondes e Otávio Medeiros no Riocentro. Além disso, ele afirmou estar convicto de que o atentado do Riocentro tinha relação com outros ocorridos nas semanas anteriores, dentre os quais, a bomba que explodiu na sede da OAB.*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Não tinha nada disso! O Walter Pires era o ministro do Exército, o Medeiros, chefe do SNI e o Gentil comandava o I Exército. Para dizer que esse episódio tinha relação com outros casos, seria preciso admitir que houvesse um poder paralelo de amplitude. Poderia ter um ou outro descontente com a situação política querendo fazer alguma coisa, mas nunca percebi nada que nos levasse a concluir sobre a existência de uma força paralela. Eu conhecia vários oficiais. Quem eu achei mais fechado era o coronel [Júlio Miguel] Molinas [Dias], o chefe do DOI-Codi, aquele que foi assassinado recentemente em Porto Alegre, coronel de Engenharia. Foi da minha turma. Como eu estava hospedado na PE, um dia o encontrei. Usava uma manicaca com nome falso. Disfarçou quando eu dei a perceber que o conhecia. Não quis conversa comigo. Era um sujeito muito fechado. Mas outros oficiais eram falantes e bastante abertos. Não deixavam transparecer nada, que houvesse alguma coisa. Não acredito que existisse um comando paralelo. Acho que, sobretudo, o general Gentil foi injustamente implicado em toda essa história. A briga sobre a qual se falava era entre o Medeiros e o Golbery. Mas o chefe da Casa Civil, tampouco o SNI, não tinha comandamento sobre as Forças Armadas. Enfim, acho que implicar os generais diretamente nesse episódio seria enxergar “chifre em cabeça de burro”. Não era nada disso. O Edmundo tem seu valor, certamente, mas quis aparecer, chamar a atenção.

Memória MPM – *Bem, e o retorno para Brasília em julho, depois de encerradas as investigações?*

Maria Angélica Gonçalves – Eu sei que ele voltou para casa e logo os meninos entraram em férias e a imprensa estava em cima da gente. Estavam nos cercando lá em casa. Faltei ao serviço um dia por causa de um jornalista que estava atrás de mim, e ele nem tinha chegado ainda!

Gilson Ribeiro Gonçalves – Então, conversei com um oficial do gabinete do ministro do Exército – eu tenho a suspeita de que foi ele quem pediu ao Milton para me indicar – para me arranjar uma carona no avião da FAB para Manaus. Peguei uma substituição, a Maria Angélica conseguiu tirar férias e levei a família inteira. Fomos num aviãozinho pequeno, num *Xingu*, eu, ela, os filhos e dois oficiais pilotando.

Maria Angélica Gonçalves – Ainda pegamos uma pessoa no meio do caminho. Onde é que abasteceu o avião?

Gilson Ribeiro Gonçalves – Na Serra do Cachimbo, onde há uma base da Aeronáutica. O avião pousou para abastecer e um sargento, que servia lá estava de folga e pegou carona.

Maria Angélica Gonçalves – Aí botei o Marcelo no meu colo e ele sentou no lugar ao lado. Antes de aterrissarmos em Manaus, o piloto voou sobre o Encontro das Águas.

Gilson Ribeiro Gonçalves – A mordomia foi completa! [risos]. A Maria Angélica não aguentou o calor de Manaus, queria ir embora. Apareceu uma comitiva do Estado-Maior, que chegara num *Buffalo*, no

qual ela retornou com as crianças de carona para Brasília. Eu ainda fiquei um tempo lá, até concluir o período de substituição.

Maria Angélica Gonçalves – Tinha mais caixas e bagagens do que gente!

Gilson Ribeiro Gonçalves – Do lado dela estava um oficial carregando um jogo de cristais no colo, para não quebrar...

Maria Angélica Gonçalves – Afinal, foi um voo tranquilo.

Memória MPM – *E assim terminou o episódio Riocentro para vocês?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Não. Quando o inquérito foi reaberto eu fui ouvido. Morava em Curitiba, já aposentado. Recebi uma intimação imperiosa, “Deveis comparecer tal e tal, no QG para ser ouvido.”. Depois, um oficial do QG telefonou: eu disse que não iria. Dias mais tarde, o procurador, que estava assessorando o general encarregado, me telefonou, comunicando que, naquele dia, passariam por Curitiba com a finalidade de me ouvir. Eu disse que tudo bem, que se quisessem iria até o aeroporto, reservaria uma sala para que tomassem o meu depoimento e fossem embora; resolveríamos a coisa. Que nada, o general queria se exhibir! Confirmou aquela intimação para comparecer no dia tal na Procuradoria com base no artigo tal do Código Penal (não do Código de Processo). Queriam me ouvir como? Réu ou testemunha? Pelo Código Penal, eu sou réu. Eu morava em São Brás e a Auditoria é do outro lado da cidade. No meio do caminho, ligaram de um celular para confirmar se eu estava mesmo indo. Quando entrei na Procuradoria, me receberam e nos cumprimentamos. Pedi um Código ao procurador e mostrei o equívoco: eu ainda tinha prerrogativa de escolher dia, hora e local. O próprio procurador, assessorando, tinha obrigação

de saber. O procurador quase deu um pulo da cadeira quando percebeu a falha. Registrou, ao escrivão do inquérito, um tenente-coronel, que haviam confundido CPM com CPPM e o coronel perguntou “Mas não é a mesma coisa?”. Santa ignorância! Prestei as declarações. Queriam saber se tinha havido pressão para a solução, se o Job tinha feito não sei o quê. Falei que não teve nada. Não tinha o que esclarecer ali. Fui ouvido e o inquérito prosseguiu.

Memória MPM – *Voltando a Juiz de Fora, o senhor mencionou o Dr. Joaquim Simeão de Faria Filho, que figura em depoimentos de réus e advogados, com o Dr. Obregon Gonçalves, para quem o Simeão mandava na Procuradoria.*

Gilson Ribeiro Gonçalves – O Obregon é um advogado inteligente, estudioso e que se expressa com desenvoltura. Portador de deficiência física, tem uma atrofia nos dois braços, além de uma perna torta. Mas compensa essas limitações com uma voz poderosa e uma incrível agilidade desenvolvida para se virar apenas com os cotovelos. Nos julgamentos, impressionava, porque enquanto falava com segurança, manipulava as páginas dos processos com precisão e rapidez. E brilhava na tribuna, de certa forma até explorando o impacto que a deficiência causava nas pessoas. Juntava aqueles cotovelos, de um jeito que eu não consigo fazer, segurava uma caneta com incrível destreza e escrevia nos processos com uma letra mais bonita do que eu jamais conseguiria fazer. Eu o conheci como advogado defendendo acusados em Juiz de Fora. Depois, foi eleito vereador em Belo Horizonte. Eu não tive processos com o Obregon. Mas ele contrariava o Simeão e o Simeão o contrariava. É natural que ele diga que o Simeão era autoritário. Não me lembro de todo o contexto, mas havia funcionários na Auditoria que temiam o Simeão, porque achavam que ele fazia fofoca no quartel. Então, preventivamente, tratavam o Simeão na palma da mão. Mas isso não significa que ele realmente enfeixasse todo esse

poder. O Simeão era muito hábil em arquitetar histórias para conseguir das pessoas o que queria.

Memória MPM – *E os outros advogados que atuaram em Juiz de Fora?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Tinha o Dalton Villela Eiras, vizinho do Simeão em Juiz de Fora. Mais tarde, foi indicado advogado de ofício. Também me recordo do Francisco Isento. Por conta de um acidente de motocicleta na década de 1940, na Lagoa Rodrigo de Freitas, no Rio de Janeiro, oportunidade na qual ele foi violentamente lançado de cabeça contra o meio-fio, não tinha a parte frontal esquerda do crânio. A região ficara coberta apenas pela pele, de forma que era possível ver o cérebro pulsando quando ele falava. Os médicos que o atenderam acharam que era um caso perdido e nem se deram ao trabalho de colocar uma placa de platina, mas, enquanto ele se recuperava, disponibilizaram a penicilina, cujos frascos os enfermeiros despejavam inteiros, segundo me contou, na cabeça dele. Então, contra todos os prognósticos, sobreviveu. Como já tinha visto a morte de perto, o Francisco era um homem destemido. Isso contrastava com o Simeão, que era, na verdade, um sujeito temeroso. Por exemplo, quando saíamos de carro, ele se segurava todo, com medo do tráfego. Uma vez o Simeão e o Francisco viajaram num aviãozinho e enfrentaram uma tempestade. O Francisco permaneceu tranquilo, o Simeão ficou muito ansioso. Certa feita, estávamos quatro num fusquinha, à noite, e atropelamos um jacaré de uns dois metros de comprimento, que se meteu na frente do carro de repente. O bicho caiu na valeta ao lado da via e dali não conseguia sair, não podia se mexer. Resolvemos abatê-lo. Um amigo fez um laço com uma corda e com ele puxou a mandíbula para cima, mantendo-a aberta. Enquanto eu descarregava o meu calibre 22 dentro da boca do animal, o Simeão, que estava com um revólver

calibre 32, queria atirar no jacaré a considerável e prudente distância, o que não surtiria efeito algum...

Dentre outros advogados que atuavam em Juiz de Fora, recordo-me do José Luiz Clerot, que defendia os presos em Brasília. Foi deputado federal e se tornou ministro do STM. Era um bom advogado. Não cheguei a ter processos com ele, mas nutríamos muita consideração um pelo outro. Quem me impressionou muito foi o Laércio Pelegrino, um sujeito simpático, muito ético e finamente educado. Como advogado, tinha um desempenho notável, porque encontrava brechas na legislação que favoreciam seus clientes. Ele encontrava soluções onde ninguém as via. Sabemos que aquilo que a lei não proíbe, é permitido. Certa vez, em Juiz de Fora, ele entrou com um pedido de justificação, algo incomum no Direito Militar. Presenciei-o agindo de forma semelhante no Tribunal, anos mais tarde. Essas posições, ele defendia com muita elegância e eloquência, acabando por formar convencimento ao seu favor.

Por sua vez, o Heleno Fragoso, que era precedido por grande fama, me decepcionou pelo excesso de pose, de pompa. Vi-o com um desempenho algo grosseiro para com o juiz-auditor. Que culpa tem o juiz da lei?

O Mário Soares Mendonça era advogado de ofício, substituído pelo Francisco Isento. Também atuava lá o Antônio Carlos Teixeira, um criminalista famoso, que fazia grandes júris, nos quais se digladiava com um promotor do Ministério Público do Estado. Era um sujeito de grande habilidade, delicadeza e educação. Ainda me recordo do Lino Machado, maranhense, bom advogado, mas um tanto impaciente e agitado. Ele esperava ser nomeado para o STM, mas não logrou sucesso.

Lembro-me, ainda, de duas figuras exponenciais que conheci logo ao chegar a Brasília, nos idos de 1973: Silvio Guimarães, advogado de ofício (titular) na Auditoria de Brasília, estudioso, dedicado, competente, já então um experimentado servidor da Justiça Militar. Não esqueço nosso primeiro contato: eu, na sala destinada ao MPM (na Auditoria), de porta aberta, vejo entrar aquela figura corpulenta e extrovertida perguntando: “Você é o novo procurador? Vindo de Juiz de Fora? Você é mineiro?”. Respondi: “Sim, sou mineiro.”. E ele: “Eu também sou mineiro; sou do Salto da Divisa!”. Respondi: “Então você não é mineiro, você é ‘baiano’.”. Ouvia-se ali uma estrondosa gargalhada seguida da afirmação: “Sou mesmo ‘baiano’, minha mãe é baiana!”. Aí nasceu uma boa amizade. Logo a seguir, quando me foi distribuído um apartamento, tive a boa surpresa de ser vizinho do Silvio. A seguir, ele fez concurso para auditor. Parece-me, talvez, já se vislumbrando modificação na estrutura da Advocacia de Ofício (muitos advogados de ofício fizeram esse concurso). Ele foi auditor em Campo Grande. E nos encontramos pela última vez em uma solenidade no STM.

Outra figura a quem agora me referencio é o então substituto de advogado de ofício: J. J. Safe Carneiro. Mineiro, acho que é de Belo Horizonte. Acreditou em Brasília e para lá foi bem no início. Dedicado, estudioso, inteligente, boa figura na tribuna, tornou-se reconhecidamente famoso advogado na Capital Federal. Seu escritório, hoje, congrega especializados profissionais e ele ainda exerce o magistério jurídico. Embora distanciados pela posição geográfica, sei que somos bons amigos. É bem assim: ele lá e eu aqui, mas se um precisar do outro, sabe, com certeza, que pode contar com o amigo.

Memória MPM – *Chegou a advogar durante o exercício da função ou depois de se aposentar?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Muito pouco. No início, quando recém-formado ou enquanto estava estudando. Ao ser nomeado para a Justiça Militar, acabei parando porque não sobrava tempo. Eu tinha escritório, arrumadinho, mas não fui adiante. Até pedi a minha licença na Ordem e fiquei descredenciado. Quando me aposentei, não voltei porque o que ganho dá para sustentar a família com o conforto necessário. Não vou ficar rico, nem vou ficar esbanjando dinheiro, dá para viver. Ademais, mudei-me para uma região diferente, onde ninguém me conhecia. Se me aliasse a algum escritório, seria para abrir portas, para o qual não me presto. Finalmente, como lhe falei, minha memória é ruim, de modo que não me sentia mais atualizado no Direito Comum, depois de anos na jurisdição especializada.

Memória MPM – *Sua memória parece estar muito boa.*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Lembro-me dos aspectos gerais, mas não me recordo dos detalhes mais precisos.

Maria Angélica Gonçalves – Pergunta o número do telefone da Procuradoria lá de Brasília!

Memória MPM – *Qual é o número do telefone da Procuradoria em Brasília?*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Não sabia, nunca soube! [risos].

Maria Angélica Gonçalves – Ele ligava para mim, no meu serviço, para perguntar o telefone do serviço dele!

Gilson Ribeiro Gonçalves – Porque na Procuradoria eu não tinha expediente. Fiquei apenas uns cinco ou seis meses na Auditoria e fui logo

HISTÓRIAS DE VIDA

requisitado para a Procuradoria, para dar pareceres nos processos que vinham do Tribunal. No começo era só deserção e insubmissão, o bê-á-bá; mais tarde, peguei outras coisas. Fazia o serviço em casa e devolvia os processos para a Procuradoria. Às vezes, ligavam da Procuradoria avisando quando tinha processo e eu passava lá pegar. Bom, o funcionário descia de elevador, me levava no carro e eu vinha embora para casa. Mas o telefone da Procuradoria, de fato, não sabia de cor. Então eu ia a um orelhão, ligava para ela, pois esse número guardava de memória, ela me confirmava e eu entrava em contato com a Procuradoria. Naquele tempo não tinha celular.

Maria Angélica Gonçalves – Meus funcionários riam a valer dessa. Era gozado! [risos].

Gilson Ribeiro Gonçalves – Não fico ocupando meus neurônios à toa.

Memória MPM – *Muito obrigado.*

Gilson Ribeiro Gonçalves – Eu que agradeço.